

A memória, o historiador e o cidadão. A memória do *Proceso* argentino e os problemas da democracia¹

Luis Alberto Romero

A derrubada da última ditadura argentina, que governou entre 1976 e 1983, foi rápida. Começou em junho de 1982, com a derrota na Guerra das Malvinas, e culminou em outubro do ano seguinte, quando se realizaram as eleições que restabeleceram a democracia. Paralelamente com a queda se construiu, aceleradamente, uma imagem da ditadura, que se cristalizou com um informe oficial sobre seus crimes – conhecido como *Nunca más* – e culminou pouco depois, em 1985, com a condenação dos principais responsáveis militares, junto com alguns dos chefes das organizações guerrilheiras.

Essa memória da ditadura – a do *Nunca más* – foi o mais sólido fundamento da democracia republicana que se construiu desde então. Neste sentido, se constituiu em uma memória fundadora, uma versão “oficial” da história. Ao longo dos vinte anos seguintes apareceram algumas variações desta memória fundadora. Emergiu uma memória *militante*,² que reivindicou as lutas prévias à ditadura e aos combatentes, até então apresentados simplesmente como “vítimas inocentes”. Também emergiu uma memória que chamaria de *rancorosa*,³ preocupada em ajustar contas com o passado, à custa do pluralismo construído desde 1983. Finalmente, ganhou estatuto público, entre aqueles que justificam a ditadura, ou ao menos não a condenam, uma memória centrada na reivindicação das próprias vítimas da violência guerrilheira.

Hoje há na Argentina uma forte disputa pela memória, muito mais intensa que a existente em 1983. O conflito está relacionado com distintas e novas opções políticas abertas para uma Argentina que se recompõe de uma profunda crise econômica, política e social, desencadeada em dezembro de 2001. Hoje, como em 1983, se trata de ajustar contas com o

“passado que dói”. Mas diferentemente daquele momento, está sob exame não somente a ditadura militar, mas a totalidade do ciclo recente de violência que, se poderia dizer, vigorou na Argentina na segunda metade do século XX.

Meu propósito é examinar o que é a versão principal do passado – a do *Nunca más* –, e com isso mostrar que papel essa versão cumpriu na construção da nova democracia, republicana e liberal, sustentando-a e ao mesmo tempo condicionando-a. Em suma, ver o uso político do que, em seu momento, foi uma nova memória oficial, assim como as conseqüências desse uso. Quero, também, chamar a atenção para a questão dos historiadores e sua complexa, para não dizer ambígua, relação com essa memória da ditadura e da democracia, pois os historiadores estão entre os que fornecem elementos para essas construções memoráveis; porém, também são os que podem exercer a crítica, e com esse exercício consagrar ou contestar essas construções de memória coletivas.

Memória e saber históricos

Quero começar com umas definições familiares aos historiadores: a distinção entre a memória do passado e o saber histórico. A memória é a parte central da consciência que um ator – indivíduo, grupo, a sociedade toda – tem do seu passado. Relaciona-se diretamente com sua identidade, ou melhor, com suas subjetividades: a pergunta sobre de onde viemos e para onde queremos ir configura isso que, desde cada subjetividade, chamamos de presente.

A memória é uma atividade livre. É feita de lembranças, esquecimentos, distorções, reflexos, subterfúgios, realces, esmaecimentos e mil operações mais. Em nenhuma destas a “verdade”, em um sentido convencional do termo, tem um significado especial. Cada um se lembra do que quer e esquece-se do que lhe dá vontade, sem outro critério que a utilidade, ou algum tipo de utilidade: viver melhor se pensamos em termos individuais; construir um futuro fabricando um passado se pensamos em termos de algum tipo de militância; estabelecer ou consolidar a ordem existente se olhamos do ponto de vista do Estado. A memória não pretende ser neutra; é valorativa e categórica e tende a considerar as coisas em termos de

“preto no branco”. Finalmente, a construção da memória é um processo social, com partes em conflito, com vitórias e derrotas, imposições e concessões, hegemonias, tradições, dissidências e emergências.

Tudo o que na memória é exaltado e contrastado, no campo do saber dos historiadores é opaco e matizado. Nós – historiadores – somos uma modesta corporação profissional cuja atividade se orienta em tratar de estabelecer a verdade, mas sabendo que, estritamente, a verdade não existe, que se trata de conclusões provisórias, que não são categóricas, e que nelas, no lugar das certezas, há um acordo convencional entre os praticantes da história, sobre os limites do discutível. Sobretudo a partir do saber histórico não se aspira a julgar, mas a compreender, segundo o célebre *dictum* de Marc Bloch, admitindo que os valores são relativos ao tempo e ao espaço, e que nos conflitos cada uma das partes tem suas razões e suas verdades.

O modo como se constrói a memória é um objeto de estudo para os historiadores. Um objeto frio caso se trate, por exemplo, da memória sobre o passado romano construída durante o Império. A temperatura aumenta se o tema é a memória da nação e seus mitos de origem. O ponto máximo é alcançado quando se trata da memória do passado recente, ou melhor, daquela parte do passado recente “que dói”.

O historiador como pessoa tem duas almas, que coexistem, em harmonia ou conflito: é ao mesmo tempo cidadão e historiador. Algumas vezes atua como um, outras como outro, e em outras trata de encontrar um equilíbrio, um balanço. Nos estudos do “passado que dói” finalmente se adverte para essa dupla condição: ator comprometido e analista; cidadão que defende valores; e praticante de um saber que os relativiza.

O historiador pode dispor-se a intervir na construção da memória, do mesmo modo que intervém o político, o jornalista, o poeta ou o educador: modelá-la utilizando como ferramenta o prestígio tradicionalmente ligado à sua prática, porém sem renunciar a suas convicções de ofício. Como são recebidas, nos combates pela memória, essas preocupações pelo matiz e pela compreensão? Geralmente mal: nas questões conflitivas, que dividem a opinião, quem trata de compreender costuma ser acusado de justificar, ou de colocar em questão verdades que são centrais para as crenças, como ocorre com a habitual referência aos 30.000 desaparecidos

durante a última ditadura argentina. Sustentar, por exemplo, que foram 22.000 pode ser considerado um questionamento dos valores dos direitos humanos e uma apologia da ditadura.

Assim, o historiador que quer compatibilizar seu papel de cidadão com o de historiador, quando explica os processos de construção da memória do passado que dói, precisa enfrentar uma tensão entre a tendência, como cidadão, à afirmação da verdade valiosa, e a corrosão desta verdade mediante o exame crítico do historiador.

Há, contudo, uma segunda tensão – e aqui chego ao ponto que quero propor – que tem relação com a eficácia. Aquele historiador que quer colocar seu ofício a serviço de uma causa cidadã deverá decidir se o mais eficaz é uma versão moral, simples e contundente, onde fique claro quem são os amigos e quem são os inimigos, ou uma versão crítica, complexa e matizada. Neste caso, as lições serão menos evidentes, mas a compreensão da realidade das circunstâncias que condicionam a ação será mais clara, de modo que, com o tempo, sua mensagem será mais eficaz. Esse é o dilema que, me parece, enfrentam hoje os historiadores comprometidos com a construção da democracia republicana, mas que são mais amigos da verdade do que de Platão.

Memória do *Proceso* e construção do imaginário democrático

Examinemos agora a construção da versão dominante da memória da última ditadura, comumente conhecida como *el Proceso*. A imagem geralmente aceita apareceu quase de improviso e foi absolutamente contemporânea da nova imagem da democracia que substituiria a ditadura. E mais que isso: pode-se dizer que uma alimentou a outra e que foram duas versões simétricas do mesmo.

Desde junho de 1982, a opinião pública cobrou dos militares a derrota na Guerra das Malvinas e, sem distinguir demasiadamente, também lhes repreendeu pela ida à guerra, um fato que apenas dois meses antes fora amplamente celebrado. Simultaneamente se produzia a acelerada decomposição interna do regime, o abrandamento dos mecanismos de censura e a exposição pública dos aspectos mais espetaculares da repressão dos últimos anos: histórias de desaparecidos, relatos de sessões de tortu-

ra, divulgação dos cemitérios clandestinos, enfim, tudo o que se chamou de “o show do horror”, coincidentes com os últimos episódios do terror de Estado. Nesse contexto, *el Proceso*, a ditadura, foi visto como uma poderosa organização dedicada ao mal: uma imagem demoníaca, potente e, ao mesmo tempo, perversa.

A acelerada retirada política dos militares abriu a porta ao ressurgimento dos partidos políticos e, sobretudo, à conformação de um vasto movimento civil que demandava eleições democráticas. A alternativa à ditadura seria a democracia; entretanto não aquela que a Argentina conhecera até então – a do yrigoyenismo e o peronismo; plebiscitária, autoritária, facciosa –, mas a democracia republicana e liberal, solidamente ancorada nos direitos humanos. Esta democracia seria, ao mesmo tempo, virtuosa e potente, e asseguraria à sociedade a solução de todos os seus problemas e não somente os políticos. Assim o afirmou com êxito o candidato Raúl Alfonsín, captando e construindo este estado de ânimo: “Com a democracia se come, se educa, se cura...” Era a panacéia, ou seja, a imagem inversa da ditadura. Ao demonizar aquela, na mesma medida, se afirmavam os valores da democracia.

A imagem precisa da ação da ditadura se conformou ao longo de 1984, com a investigação realizada pela *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep), integrada por figuras civis relevantes e presidida por Ernesto Sábató. Seu informe foi conhecido como *Nunca más*, e consistiu na documentação de uns 9.000 casos de desaparecimentos e na demonstração de que se tratava de um plano sistemático de extermínio e não meramente de “excessos”. Sua edição circulou massivamente (e segue circulando) e serviu de base ao julgamento e condenação dos máximos responsáveis militares, realizados em 1985. Destacou-se reiteradamente a excepcionalidade de uma devida condenação jurídica a responsáveis por uma ditadura. Do ponto de vista da fundamentação do Estado de Direito e do regime político democrático, esta sentença foi fundamental: não se tratava da opinião dos vencedores, pois falara a Justiça – pode-se agregar que os juízes responsáveis não foram designados *ad hoc*, mas estavam já exercendo esta função desde antes de 1983, o que, em certo sentido, aumenta o valor de seu veredicto).

O informe, o processo judicial – que incluiu os principais chefes das organizações guerrilheiras: *ERP*⁴ e *Montoneros* – e a sentença configuraram uma interpretação do ocorrido, popularizada como *teoría de los dos demonios*: a sociedade argentina fora vítima inocente dos demônios simétricos e antitéticos, os militares e os subversivos. De imediato, muitos militantes da civilidade destacaram uma limitação dessa maneira de lembrar as coisas: igualava as responsabilidades de um grupo político e daqueles que tinham a missão de custodiar a ordem jurídica. O discurso derivado do *Nunca más*, contudo, salvou esta possível interpretação, assinalando reiteradamente essa diferença e desigualdade de responsabilidades. Por esse motivo, e por outros, o julgamento proferido aos chefes militares foi muito mais espetacular que aquele que condenou, à revelia, os chefes guerrilheiros.

No entanto, a interpretação do *Nunca más* e da *teoría de los dos demonios* tem outra singularidade que me parece mais transcendente: os dois demônios são, de certo modo, alheios à sociedade. Segundo esta interpretação, ambos – militares e subversivos – vindo desde suas margens, agrediram e oprimiram uma sociedade indefesa, onde todos foram vítimas e todos rechaçaram, desde sempre, os excessos dessas forças distantes. Não era uma interpretação fácil de aceitar, pois esquecia e voltava as costas para os comportamentos concretos e bem próximos que a maioria dos membros da sociedade teve nesses anos – incluída a desatenção ao clamor das organizações de direitos humanos. Também varria para baixo do tapete os acontecimentos anteriores a 1976,⁵ pródigos de violência e de mortes, nos quais o deslinde de responsabilidades era mais difícil, inclusive o terrorismo de Estado largamente praticado durante o governo peronista entre 1973 e 1976.

Nunca más foi – e diria que segue sendo – o elemento central da memória da ditadura. Em 1983, essa versão – que falava de eventos tão próximos que a memória se confundia com o tempo presente – foi essencial para constituir o sujeito da nova democracia, a *civilidad*. Não era a totalidade dos cidadãos, nem se identificava plenamente com algum partido político. Com respeito à questão crucial dos militares, vale a pena recordar que o partido político majoritário – o Justicialista – estava, em 1983, disposto a convalidar a auto-anistia que eles pretenderam dar a si. A *civili-*

dad era os que se mobilizavam em atos e marchas pela democracia, a parte ativa da cidadania, galvanizada pela convicção de que tinham uma missão histórica: defender os direitos humanos e construir um regime institucional fundado no princípio do estado de direito e na república.

A construção da *civilidad* exigiu, principalmente, acentuar o acordo e complementar o pluralismo com espírito de conciliação, mediante a supressão ou postergação das questões que poderiam gerar divisões. Assim, entre aqueles que se identificavam com a *civilidad* se evitou a discussão profunda das alternativas políticas futuras, e também polemizar questões delicadas como a Guerra das Malvinas – um assunto no qual não estava claro se os militares eram acusados de ter ido à guerra ou simplesmente por sua derrota. Tampouco se examinou o que cada um fizera durante os anos da ditadura. Muito menos o que cada um fizera nos dez anos anteriores a 1976 para criar a situação que propiciara a intervenção militar. A unidade da *civilidad* foi o grande propósito.

Por outro lado, estava a convicção da *panacéia*,⁶ da ação milagrosa da democracia. Tratava-se, certamente, de uma ilusão, um tanto boba, mas absolutamente indispensável – parece-me – para construir uma democracia republicana que, em 1983, não tinha tradições ou rotinas enraizadas nem dirigentes moderados, nem sequer uma cidadania formada e consciente. A ilusão deveria cobrir todas essas carências até que a democracia, com suas pernas, gerasse suas próprias condições.

Naquele momento, os historiadores profissionais identificados com a *civilidad* se comportaram – nos comportamos – fundamentalmente como cidadãos, confirmaram esta versão e se abstiveram de levantar dúvidas. O que poderiam dizer, seguindo suas preferências profissionais pelo matiz e pela relativização das convicções? Somente verdades que resultariam incômodas e negativas para o propósito do momento. Quem sabe, *el Proceso* demonizado não era um bloco monolítico e esteve desde o princípio atravessado por poderosas dissensões facciosas e de objetivos; que na “sociedade” a mensagem repressora da ditadura encontrou uma ampla recepção, devido à tradição autoritária e excludente que era um componente forte da cultura política argentina.

Sobretudo, poderiam ter levantado dúvidas acerca da potência da democracia. Ao fim e ao cabo, a democracia é um sistema para a seleção de

governantes, cuja ferramenta para operar é o Estado. A conjunção de ditadura corrupta e neoliberalismo de mercado corroera profundamente a máquina estatal, de modo que pouco se podia fazer com algo que parecia mais com um automóvel sem volante e sem freio do que com uma ajustada ferramenta. Finalmente, os historiadores poderiam ter relativizado a capacidade da sociedade argentina para gerar cidadãos – como o que haviam feito ao longo de boa parte do século XX – devido ao empobrecimento, à polarização e até mesmo à segmentação social que a ditadura promovera e cujos piores efeitos ainda não haviam acabado de manifestar-se.

Questionar, entretanto, o sujeito e sua missão histórica – ou seja, os elementos de uma nova versão teleológica – teria significado minar sua confiança, e nas circunstâncias de 1983 isso era uma aposta muito arriscada. Os historiadores profissionais integrantes da *civilidad* trabalharam, na ocasião, como cidadãos comprometidos.

Vinte anos de democracia

Vejam agora como se desenvolveram estas questões ao longo de vinte anos de exercício da democracia. Sobre isso quero apresentar dois problemas. O primeiro: como influi esta memória do *Proceso*, a do *Nunca más*, no decurso de vinte anos de democracia. O segundo: como esses vinte anos de democracia afetaram ou modificaram a memória construída da ditadura. Minha hipótese é de que a memória da ditadura, sintetizada no *Nunca más*, e sua contrapartida – a imagem da democracia como panacéia – conformaram um tipo de cidadania cujas características recaíram no desenvolvimento do exercício democrático. Certamente este não é o único fator, e talvez nem sequer o principal, porém foi importante. Quatro traços a caracterizam: foi uma cidadania constantemente desiludida, intermitente em seu interesse, mais consciente de seus direitos do que de seus deveres, e crescentemente intolerante.

Em primeiro lugar, foi uma cidadania constantemente desiludida. A realidade da gestão democrática de um país empobrecido, e com o Estado liquefeito, estava muito distante dos programas e utopias de 1983. Tão grande fora a ilusão, tanto mais foi a desilusão democrática que se produ-

ziu por etapas e, afetando porções maiores da sociedade, na medida em que os problemas herdados explodiam como bombas de efeito retardado.

Em 1987 o governo democrático, em que pese ter mobilizado a cidadania até o ponto de máxima tensão, não pôde derrotar a proposta corporativa de um conjunto reduzido de oficiais e suboficiais do Exército, os chamados *carapintadas*, que não aceitavam submeter-se à Justiça. Este fracasso desencadeou a desilusão da parte mais ativa e politizada da cidadania, que argumentou que isso não era o que lhe haviam prometido. A principal vítima dessa desilusão foi o presidente Alfonsín.

Em 1989, a crise econômica e a primeira hiperinflação levaram à desilusão o conjunto da sociedade, que constatou que a democracia não assegurava o pão, a educação, nem a saúde e que parecia até agravar os problemas. Em 2001, a crise do fim da convertibilidade, com o famoso *corralito* – o bloqueio das contas bancárias – e a desvalorização, produziu uma descrença generalizada na classe política, concretizada na famosa palavra de ordem *que se vayan todos*, dita em coro pela classe média. Isso coincidiu com os movimentos de *piqueteros*, que reclamavam diferentes tipos de subsídios estatais. Foi o ponto mais baixo para o imaginário democrático.

Foi, em segundo lugar, uma cidadania que controlou de maneira descontínua, que esteve intermitentemente envolvida nas questões públicas. No princípio seguiu com atenção a marcha do governo, mas à medida que perdia as ilusões e ocorriam problemas econômicos foi se desentendendo. Confiou nas soluções um pouco mágicas oferecidas pelo presidente Carlos Menem nos anos 1990 – para descobrir em 2001 sua fragilidade – e deixou de controlar seus representantes – os políticos –, que terminaram convertidos em uma corporação corrupta dedicada a sugar o Estado.

Em terceiro lugar, foi uma cidadania muito mais consciente de seus direitos do que de seus deveres. Uma cidadania herdeira das organizações de direitos humanos, acostumada a pensar que o Estado era um ente distante, que tinha uma grande dívida com seus cidadãos, sem nada exigir-lhes, e acostumada também a considerar que qualquer manifestação de autoridade estatal devia ser definida como autoritarismo.

Finalmente, o setor mais consciente da cidadania caminhou na direção da intolerância. A defesa dos direitos humanos perdeu o rumo em seu uso faccioso por parte daqueles que se autoproclamaram donos dos

valores éticos e com autoridade para julgar o comportamento dos demais e submeter à opinião pública aqueles que acusava de inimigos da democracia. A forma extrema desse proceder foram os chamados *escraches*, demonstrações públicas de hostilidade, muitas vezes violentas, que foram amplamente usadas, com fins geralmente distantes dos que originalmente os inspiravam.

Essas características definem um tipo de cidadania e remetem, por diferentes caminhos, à imagem da ditadura, cunhada por *Nunca más*. A memória, livre do controle de uma reconstrução mais rigorosa do passado, incidiu desse modo no processo político e teve efeitos notórios: facilitou o processo de um grupo de políticos corruptos, possibilitou os avanços do presidencialismo à custa das instituições republicanas, alimentou o clima faccioso.

A questão dos crimes da ditadura reaparece ciclicamente na agenda pública, sobretudo quando a Justiça – cujo andamento é intermitente e sinuoso – leva aos tribunais novos agentes da repressão, um processo que se acelerou nos anos da presidência de Kirchner. Desde o final da década de 1990, novas imagens do *Proceso* se constituíram junto à principal, desenvolvendo alguns aspectos daquela e contradizendo outros. A memória dos cidadãos justos, aos quais recentemente fazia referência, foi rancorosa, preocupada em saldar dívidas pendentes do passado. Catões e Robespierres – que não estiveram na defesa dos direitos humanos nos tempos da ditadura – encontraram nesses julgamentos retrospectivos a forma de construir para si um passado de militante, como ocorre, por exemplo, com nosso presidente.

Gradualmente, foi reaparecendo uma memória militante. Aqueles que no *Nunca más* haviam sido denominados “vítimas inocentes” sem nenhuma filiação nem prática política passaram a ser reivindicados como socialmente engajados e politicamente idealistas, como aqueles que haviam dado sua vida para uma transformação revolucionária da sociedade. Por este caminho começou, também, uma reivindicação da ação violenta, aquela que em 1983 fora categoricamente condenada em nome dos direitos humanos. Nesta linha, se inscreve a mais conhecida das organizações dos direitos humanos: *Madres de Plaza de Mayo*, e sua presidente, Hebe de Bonafini.

Finalmente, ganhou *status* público uma memória do *Proceso* ligada aos derrotados de 1983, os partidários da ditadura. Nesse caso, não se reivindica o terrorismo, porém se lembra o estado de anarquia violenta em que o país se encontrava em 1976, o que é uma forma indireta de justificá-lo. Além disso, calculam um número, bastante nutrido, de vítimas dos guerrilheiros, que equiparam às vítimas do terrorismo estatal. Afirmam, baseando-se na doutrina dos direitos humanos, que toda vida humana deve ser respeitada, e que os mortos não têm partido.

Essas três memórias, para além do que se opine sobre os motivos da construção dessas imagens, colocam em discussão questões que a memória do *Nunca más* obstruía, e que agora surgem. A reivindicação das “vítimas da subversão”, e a polêmica que se originou – o governo puniu os militares que participaram de atos comemorativos –, pode resolver-se em termos cidadãos. Colocam-se a dimensão ética da política, o valor absoluto da vida humana e a impossível subordinação dos meios aos fins. Caso se aceite isso, tal como se afirmou em 1983, as vítimas do terrorismo são, primeiro, e antes de tudo, vítimas, e seus agressores são assassinos, independentemente de suas crenças subjetivas sobre a justiça de seus fins.

Nas outras questões, o debate cidadão ganharia com a incorporação de novas perspectivas. A memória rancorosa levanta a questão da inocência da sociedade, com a exceção somente dos culpados, e pergunta sobre as responsabilidades individuais e quem devem ser seus juízes. A memória dos militantes coloca o problema da violência, que os militares levaram até o extremo horrendo, porém que, certamente, não inventaram.

Os historiadores, vinte anos depois

Aqui é onde, vinte anos depois, os historiadores cidadãos podem e devem recuperar sua voz de historiadores, se querem ser eficazes como cidadãos. A democracia real – não a ilusória – está consolidada na Argentina. Sobreviveu ao baque de 2002 e hoje se assenta em rotinas que fazem prever a continuidade. Também se sabe quanto pode dar a democracia: nem muito nem pouco. Por outro lado, a sociedade hoje não se divide em dois grupos. As questões em debate são muitas, muito variadas e alinhadas em torno de distintos eixos, e um pouco de clareza seguramente é bem-vindo.

Dois temas têm a ver com o passado, o que “dói”, e se projetam sobre o presente e o futuro. Trata-se da violência e das responsabilidades pessoais. Restringidos ou parcialmente tratados pela memória constituída, postos em debate pelas emergentes, requerem da revisão que pode fazer o historiador, não só pelo seu interesse profissional por conhecer, mas para dar-lhe uma renovada eficácia à sua intervenção cidadã.

A memória oficial do *Nunca más* limitou o tema da violência a dois atores: as organizações guerrilheiras e as forças armadas. Por seu lado, a memória militante se concentrou exclusivamente no terrorismo de Estado. Contudo, a violência política, associada com a eliminação física do adversário, estava plenamente instalada em amplos setores da sociedade argentina desde a segunda metade dos anos 1960. O assassinato não só era considerado um meio legítimo se o fim o justificava, mas também poderia servir como um instrumento educativo ou disciplinador. Um dado da cultura política de então é o estranhamento que muitos sentem hoje por sua própria maneira de pensar nos anos 1960 e 1970, que hoje julgam horrorosa.

Por sua vez, este extremo de violência tem claros precedentes nas décadas anteriores – por exemplo, os fuzilamentos de 1956 ou os bombardeios de 1955. Se considerados também os discursos justificadores ou incitadores – esses que fazem com que o assassino seja considerado normal –, as raízes levam a muitos lados, desde o integrismo católico, com sua dimensão sacrificial, aos imitadores de Che Guevara ou à tradição nacionalista, ou até ao próprio discurso democrático, que na Argentina pré-1955 foi significativamente faccioso e violento. Entender a violência que acompanhou a última ditadura, e também neutralizar seu eventual reaparecimento, exige este amplo olhar. É preciso perguntar não somente por seus atores diretos, mas também pelo público – a famosa sociedade que foi uma vítima inocente; mas que, na realidade, em boa medida admirou, aplaudiu ou, ao menos, tolerou como algo natural o uso do assassinato como instrumento político.

Com respeito às responsabilidades durante a ditadura, se trata de um problema mais amplo que a estrita responsabilidade judicial. O olhar dos historiadores já está desnudando as limitações do quadro idílico do *Nunca más*. Não houve multidões que aclamaram os chefes militares, mas tampouco houve um repúdio massivo, e não somente pelo medo. A pro-

posta autoritária e repressiva tinha alicerces e elementos de reconhecimento na cultura política e a ditadura pôde construir sobre eles uma vitória discursiva consistente.

Entretanto o ponto principal para o historiador é outro e está assegurado pela infinidade de estudos acerca da vida e da sobrevivência em regimes totalitários ou terroristas. Nesses contextos, as pessoas não se dividem entre os que aceitam e os que se opõem: o branco e o preto que exigem os juízos morais. Viver em uma ditadura significa conceder algo e defender outras coisas. Consiste, quiçá, em aceitar o discurso do poder e contestá-lo onde oferece uma brecha. Tal foi o caso de *Madres de Plaza de Mayo*, que se fortaleceu em um dos valores que a ditadura não podia contestar: o direito da mãe sobre seu filho. Viver em uma ditadura consiste em escolher os âmbitos onde a resistência pode ter alguma transcendência e abandonar outros. Consiste, por exemplo, em utilizar a diversidade do Estado, a pluralidade de agências estatais, a vigência – ainda que formal – de valores institucionais para sobreviver e combater. São, segundo a célebre frase de Michel de Certeau, as táticas do fraco frente às estratégias do forte.

A análise detalhada, dia a dia, de condutas e atitudes durante a ditadura pode lançar *prima facie* um resultado desalentador: de um ponto de vista extremo, todos podem ser considerados cúmplices, ainda que somente por ter sobrevivido. Porém, a lição que o historiador extrai é outra: as condutas são cinzentas, não brancas nem negras, e o que importa é explicar o matiz. Chegado a este ponto, a paixão por julgar se suaviza e se desenvolve a ânsia por entender. Ao final, esta foi a regra de ouro que Marc Bloch propôs, um historiador que, por ser cidadão, se envolveu na resistência francesa e morreu fuzilado pelos nazistas.

Essas ressalvas sobre a violência e a responsabilidade, se fossem incorporadas no debate público e se traduzissem em uma memória do *Proceso* mais matizada, contribuiriam, sem dúvida, para assentar um dos pilares da democracia republicana que dizemos – ou dizíamos – querer construir: o pluralismo consiste em aceitar que a sociedade é plural e que nenhuma de suas partes tem o monopólio da verdade e do bem, ou, para dizê-lo com a frase bíblica, que ninguém está em condições de atirar a primeira pedra. Ajudaria a limitar a intolerância, a diminuir o terreno do sectarismo e também nos acostumaria a olhar os problemas do passado e

os do presente de um modo menos esquemático e mais compreensivo. Se a intervenção dos historiadores dos combates pela memória lograsse isso, não seria pouca coisa.

Notas

¹ Tradução: Bruna Sirtori; Tiago Gil.

² N. do T.: em itálico no original.

³ N. do T.: em itálico no original.

⁴ N. do T.: ERP é a sigla de *Ejército Revolucionario del Pueblo*.

⁵ N. do T.: A expressão utilizada pelo autor no original em espanhol foi “corría un telón sobre los acontecimientos anteriores a 1976”.

⁶ N. do T.: Em itálico no original.

Referências bibliográficas

CATELA, Ludmila da Silva (comp.). *Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2003.

Comisión Nacional Sobre La Desaparición de Personas (Conadep). *Nunca más*. Buenos Aires: Eudeba, 1984.

FELD, Claudia. *Del estrado a la pantalla*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

GOTI, Jaime Malamud. *Terror y justicia en la Argentina. Responsabilidad y democracia después de los juicios al terrorismo de estado*. Buenos Aires: De la Flor, 2000.

GROPPO, Bruno; FLIER, Patricia. *La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2001.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

KAPLAN, Temma. *Taking Back the Streets. Women, Youth and Direct Democracy*. Berkeley: University of California Press, 2003.

NINO, Carlos. *Juicio al mal absoluto. Los fundamentos y la historia del juicio a las Juntas del Proceso*. Buenos Aires: Emecé, 1997.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia en la Argentina: micro y macro. In: _____. *Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democracia*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

QUIROGA, Hugo. La verdad de la justicia y la verdad de la política. Los derechos humanos en la dictadura y en la democracia. In: QUIROGA, Hugo; TCHACH, César. *A veinte años del golpe. Con memoria democrática*. Buenos Aires: Homo Sapiens Ediciones, 1996.

ROMERO, Luis Alberto. La democracia y la sombra del *Proceso*. In: QUIROGA, Hugo; TCHACH, César (comp.). *Argentina 1976-2006. Entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia*. Rosario: Homo Sapiens, 2006.

ROMERO, Luis Alberto. La violencia en la historia argentina reciente: un estado de la cuestión. In: PÉROTIN-DUMON, Anne (ed.). *Historizar el pasado vivo en América Latina*. Publicación electrónica en línea (por aparecer).

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

VEZZETTI, Hugo. *Pasado y Presente; guerra, dictadura y sociedad en Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

RESUMO

O objetivo aqui é examinar a versão principal do passado recente argentino – a do Nunca más – e com isso mostrar que papel ela cumpriu na construção da nova democracia, republicana e liberal, sustentando-a e ao mesmo tempo condicionando-a. Quero, também, tratar a questão dos historiadores e sua complexa, para não dizer ambígua, relação com essa memória da ditadura e da democracia, e o papel por eles exercido na consagração ou contestação das memórias coletivas construídas. Palavras-chave: memória, Argentina, historiadores, terror, justiça, ditadura, democracia.

ABSTRACT

The goal is to analyse the main version of Argentina recent past – the one of the Nunca más – and show what role it played in the building of the new republican and liberal democracy, supporting and shaping it at the same time. I also want to deal with the question of the historians and their complex, if not ambiguous, relation with the memory of dictatorship and their roles in the building of collective memories. Keywords: memory, Argentina, historians, terror, justice, dictatorship, democracy.

Recebido em outubro de 2006 e aprovado em janeiro de 2007